

Os aparatos de comunicação de massa e a luta pela hegemonia no Brasil

Pedro Estevam da Rocha Pomar*

Resumo:

No Brasil, a ditadura militar incentivou a criação de um sistema de mídia oligopolizado, que se consolidou e coloca-se hoje como importante obstáculo à realização de reformas democráticas no país. PT e CUT, as maiores organizações de esquerda, deixaram de construir meios de comunicação de massa que pudessem se contrapor ao oligopólio. Diante da experiência dos jornais diários do PCB nos anos 1940-50, em certo sentido vitoriosa, sugere-se que a inexistência de potentes mídias contra-hegemônicas nas mãos do PT e CUT relaciona-se bem mais às concepções estratégicas conciliatórias, de “centro-esquerda”, da ala majoritária dessas organizações do que a dificuldades materiais e legais.

O papel da imprensa como aparato produtor de sentidos e portanto instrumento habitual da luta política é bem conhecido, tendo-se tornado especialmente visível em fins do século XIX. No século XX, o rádio e depois a televisão mostraram-se ainda mais potentes do que o jornal como veículos capazes de difundir mensagens com finalidades políticas (ou político-ideológicas) e persuadir numerosas audiências.

No Brasil, antes mesmo do final da ditadura militar, nos anos 1970-80, os aparatos de comunicação social conformaram um *sistema de mídia*, oligopólio caracterizado pela associação de alguns grandes grupos empresariais detentores da *propriedade cruzada* dos diversos meios (que consiste na combinação de emissoras de televisão e rádio, jornais, agências noticiosas, revistas), de alcance nacional, com monopólios regionais e locais. Mais recentemente, este setor vive uma fase de crescente concentração, bem como de ingresso de capital externo¹.

* Jornalista, mestre em História (Unesp), doutor em ciências da comunicação (USP).

¹ Estes grupos já se incluem entre os maiores da economia brasileira. O grupo Globo passou a ser o 36º maior do país em receita bruta: R\$ 6,8 bilhões em 2006 (*Valor 1000* 2007). Outros exemplos de receita bruta em 2006: grupo SBT, R\$ 3,23 bilhões; grupo Abril, R\$ 2,66 bilhões (*Valor Grandes Grupos* 2007).

A cumplicidade dos meios foi muito útil à ditadura militar, em seus esforços para abafar a contestação, silenciar os crimes do regime, divulgar suas supostas virtudes. Mas o advento do neoliberalismo, graças à chegada ao governo de Fernando Collor de Melo (1990) e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso (1995), buscou e contou com um engajamento quase total da mídia nesse projeto de dominação de classe. Em plena democracia formal, a burguesia valeu-se do sistema de mídia para conquistar corações e mentes de uma forma avassaladora. Venício Lima recorre à teoria gramsciana do Estado ampliado nas sociedades ocidentalizadas² para definir a Rede Globo de Televisão, a líder do sistema, como aparelho privado de hegemonia “fundamental” no país (Lima, 2001: 146). Meios de comunicação desse gênero são aparelhos privados de hegemonia por excelência.

O sistema de mídia criou a mitologia do Plano Real³, seja divulgando e apoiando expressamente a agenda neoliberal, seja incorporando e reproduzindo massivamente o discurso, os novos vocábulos e expressões (“idéias-força”) necessários à implantação do neoliberalismo como ideologia dominante em nosso país, tais como “flexibilização” (das leis trabalhistas), “custo Brasil” e muitos outros:

A partir de 1995, especialmente, os grupos que oligopolizam o setor atuaram intimamente com o governo de Fernando Henrique Cardoso no sentido de formar opinião pública favorável ao Plano Real, à privatização das empresas estatais, às mudanças na Previdência, à maior abertura da economia ao capital estrangeiro, aos sucessivos acordos com o Fundo Monetário Internacional e à chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste período, o noticiário dos meios de comunicação esteve fortemente pautado seja pelo governo federal, seja por aqueles interesses diretamente beneficiados com as reformas, sobretudo os do capital financeiro. (Pomar, 2002: 1)

Essa “operação midiática” foi facilitada pela conversão de uma parte da intelectualidade de esquerda no Brasil, que desde a crise da URSS e Leste Europeu vinha se afastando do marxismo. Ao mesmo tempo, operava-se uma transformação na prática do jornalismo, mediante a introdução crescente da automação e redução do número de profissionais empregados nas redações, maior controle dos conteúdos pelo patronato, adoção do “jornalismo de serviços”, hipertrofia de determinadas editorias, especialmente a de economia. O jornalismo passou a exercer papel cada vez mais orgânico na hegemonia burguesa. A Rede

2 Aquelas onde a sociedade civil desenvolveu-se, exibindo complexidade e densidade frente ao Estado.

3 Plano de estabilização econômica iniciado no governo Itamar Franco, em 1994, com Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda. A paridade da nova moeda, o real, com o dólar, e o arrocho salarial eram dois dos pilares do Plano.

Globo projetou alguns jornalistas e assemelhados, fazendo deles porta-vozes autorizados do Plano Real e das delícias prometidas pelo ideário neoliberal.

Ao aproximar-se o ano 2000, vários dos grupos brasileiros de mídia viram-se em dificuldades financeiras, provocadas pelo fracasso de certas aventuras empresariais, pela desvalorização do real em 1999 e pela depressão do mercado publicitário. Essa fase foi momentânea: ficou para trás graças a demissões em massa, “reengenharia do trabalho”, associação com capitais externos e retomada da economia. Em 2005, o grupo Globo pôde comemorar o fato de ser a corporação brasileira com maior lucro líquido (R\$ 1,9 bilhão) e melhor relação entre receita e lucro líquido⁴.

O que nos interessa, neste texto, é discutir como o movimento social e o maior partido político de esquerda colocaram-se diante do sistema de mídia e que alternativas a ele — “aparelhos privados de hegemonia”, porém *contra-hegemônicos* — eles construíram ou tentaram construir. Também serão revistas as experiências de imprensa democrática e popular anteriores ao golpe militar de 1964, particularmente a do PCB.

Contra-hegemonia

No início dos anos 1980, surgia o Partido dos Trabalhadores (PT) e iniciavam-se as articulações que resultariam na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em questão de anos, ambas as organizações da classe trabalhadora passariam a dispor de legitimidade, representatividade social e até, no caso do PT, um peso institucional jamais sonhado por suas predecessoras. PT e CUT certamente trataram, desde o início, de produzir suas próprias publicações periódicas. Porém, destinavam-se principalmente à militância política e sindical, geralmente sem pretensões de disputar opinião no conjunto da sociedade, exceto nos períodos eleitorais.

Embora o Diretório Nacional do PT tenha pautado, mais de uma vez, a questão de editar um jornal diário, o partido nunca obteve êxito nesta empreitada. Mesmo as publicações voltadas para a militância careceram de maior continuidade. Assim, entre março de 1982 e maio de 1983, circulou o quinzenário *Jornal do Trabalhador*, fundado e dirigido por Perseu Abramo, do qual foram publicadas 24 edições (Abramo, 2007: 345). Entre outubro de 1983 e outubro de 1994, publicou-se o *Boletim Nacional do PT*, de periodicidade irregular.

O quinzenário *Brasil Agora*, que circulou entre setembro de 1991 e maio de 1996, foi o jornal partidário mais ousado em termos de conteúdo e de público leitor. Era vendido em bancas e por meio de assinaturas. Sediado em São Paulo,

⁴ Valor 1000, 2006, p. 40 e 42.

contou com o trabalho de jornalistas profissionais, intelectuais ligados ao partido e alguns dirigentes partidários⁵. Entre 1996 e 2005 entrou em cena o *PT Notícias*, de periodicidade incerta.

Certas publicações — como *Linha Direta*, boletim semanal do diretório paulista, e *Teoria & Debate*, revista mensal — firmaram-se, porém o PT sempre ressentiu-se da ausência de mídias “de massa”, capazes de dialogar com segmentos da população mais amplos do que sua militância ou seu eleitorado fiel. “O Partido dos Trabalhadores ainda não conseguiu gerar uma política própria de comunicação, ao contrário do que já fez em outras áreas de atividade”, anotou, em 1993, o experiente Perseu Abramo, acrescentando que “o PT parece navegar desorientado na trama das comunicações, cujos processos e mecanismos não consegue utilizar adequadamente” (Abramo, 2007: 310).

A CUT, por sua vez, nunca dispôs de meios de comunicação à altura do contingente de trabalhadores sindicalizados nas entidades filiadas. Talvez a mais importante experiência de montar um aparato próprio de comunicação, no interior da CUT, tenha sido a TVT, TV do Trabalhador, cujo principal motor foi o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mas que se relacionava organicamente com a central e até com o PT. A TVT foi criada em 1986, a princípio como produtora de vídeo, motivada pela necessidade imediata de prover “contra-informação” diante do Plano Cruzado, conforme depoimento de Regina Festa, uma de suas criadoras (Festa, 1991: 61-2). “A prática e os usos” da TVT “eram os mais variados”: formação, propaganda, “guerrilha eletrônica”, ficção, greve, passeatas, organização da “primeira rede nacional alternativa de vídeo”, realização de programas políticos para o PT, inclusive para a campanha presidencial de Lula, em 1989 (Festa, 1991: 63-4).

Além disso, a TVT tomou parte da “luta pela conquista de um canal de rádio e televisão”. Mas as tentativas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de obter uma concessão de emissora FM, em 1987 e 1988, foram baldadas pelo governo Sarney (Festa, 1991: 64). Ao que parece, a negativa terminou por impulsionar um projeto bem mais ambicioso: a RCT-Rede de Comunicação dos Trabalhadores, fundada em 1989 “por 67 sócios fundadores”, representantes dos movimentos “sindical, político, popular, intelectual, artístico, aliados dos operários do ABC”, “com o objetivo de ampliar o acesso dos trabalhadores aos diferentes meios e processos de comunicação” (Festa, 1991: 64).

A RCT extrapolava assim, em sua concepção inicial, a TV e o vídeo, pois “seriam constituídas unidades nas áreas de vídeo-televisão-cinema, imprensa-

⁵ Segundo Mouzar Benedito, jornalista profissional que atuou no *Brasil Agora*, os principais editores foram, sucessivamente, Rui Falcão, Valter Pomar, José Américo Dias. Outros quadros partidários que trabalharam no jornal: João Machado, Juarez Guimarães, Flávio Aguiar. Entre os jornalistas estavam Raimundo R. Pereira, Antônio Martins e os cartunistas Ohi e Maringoni.

editora, rádio e distribuidora”. A primeira unidade criada foi a TVT-RCT, sediada em São Paulo. Enquanto a TVT original nasceu ligada ao Fundo de Greve do Sindicato dos Metalúrgicos, financiado pela ICCO, entidade holandesa, a TVT-RCT seria uma produtora profissional de vídeo, desvinculada do Fundo de Greve (Festa, 1991: 63-4).

Apesar dos muitos êxitos pontuais obtidos pela TVT em ambas as suas vertentes, o projeto também foi estancado.⁶

Só em 2006, quando a reeleição do presidente Lula foi ameaçada pelo episódio “Mensalão”, é que os quatro principais sindicatos cutistas associaram-se para lançar a *Revista do Brasil*, com tiragem mensal de 360 mil exemplares. Outra iniciativa recente foi alugar tempo em emissora de televisão privada, a Rede TV!, em que é veiculado um programa produzido pela própria central (“ReperCUTe”). Um programa de rádio é mantido por convênio com a Rádio 9 de Julho, da Igreja Católica, em São Paulo.

Como explicar essa insuficiência do PT e da CUT, levando-se em conta sua força social e institucional? Decerto é impossível ignorar as dificuldades, de natureza material e legal, para a criação e o funcionamento de meios de comunicação social de amplo alcance. Especialmente no caso do rádio e da televisão, o controle das concessões pelo governo federal sempre foi um claro impedimento à possibilidade de movimentos sociais ou partidos políticos de esquerda virem a manter emissoras próprias. Claro está, também, que manter meios de comunicação de alcance nacional exige um formidável suporte financeiro, se se pretende efetivamente fazer frente às corporações que atuam no setor. Mas são de outra ordem as razões de fundo para sua inexistência nas mãos do maior partido e da maior central sindical de esquerda.

O PT produz habitualmente inúmeras publicações impressas e outros materiais de divulgação, quando consideradas as suas instâncias partidárias permanentes — diretório nacional, diretórios estaduais e municipais — e, além delas, os milhares de mandatos de parlamentares petistas: vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores (todos tratando de produzir seus próprios materiais). Em tese, deveria ser possível transferir o financiamento dessa imensa quantidade de impressos e outros materiais para a estruturação e sustento de alguns meios centrais, de caráter permanente.

A situação da CUT é semelhante: mesmo os menores, entre os 3.438 sindicatos

⁶ Regina Festa, em suas “Inconclusões”, atribui os problemas enfrentados pelo projeto à “concepção instrumental do processo comunicativo e da tecnologia”, determinada pela influência do modelo leninista de organização e do modelo gramsciano no plano da cultura, e à “concepção apocalíptica em relação aos *mass media* na prática política” (Festa, 1991: 162-3).

a ela filiados (os quais somam 7,46 milhões de trabalhadores sindicalizados)⁷, produzem algum tipo de publicação periódica impressa. Os maiores editam revistas, mantêm tablóides diários, semanais ou quinzenais e dispõem de sítios na Internet. Alguns, como Bancários de São Paulo e Metalúrgicos do ABC, conseguiram montar grandes e modernos parques gráficos, que respondem por toda a produção própria e vendem serviços para terceiros. A hipótese de publicações unificadas, a exemplo da *Revista do Brasil*, salta à vista. Como interpretar sua inexistência?

Muitos fatores explicam os recorrentes fracassos dos projetos de mídia impressa da esquerda. Em primeiro lugar, o sectarismo, que dificulta a colaboração entre grupos de extrações ideológicas diferentes, seja na produção ou na distribuição. Os veículos tornam-se instrumentos de disputa interna ou externa. Esse foi o mecanismo que enterrou quase toda a imprensa alternativa nos anos 1970. No mundo sindical, em que o lançamento de um jornal nacional poderia até mesmo economizar recursos, ao consolidar grande número de pequenos jornais, predomina a atomização, a subordinação das ações de comunicação aos interesses políticos do grupo dirigente ou limitando-as às lutas locais da categoria. (Kucinski, 2007: 88)

Kucinski observa, ainda, que “não se pode culpar o patronato por defender seus interesses”, pois foi com tal finalidade que “criaram grandes jornais de referência nacional, que pautam a mídia eletrônica”. Pode-se isso sim, completa o raciocínio,

culpar os movimentos sociais e centrais sindicais, ou partidos que se dizem de esquerda, por não terem lançado até hoje um grande jornal de referência nacional que defenda os interesses populares e nacionais. Que se contraponha à mídia impressa oligárquica. (Kucinski, 2007: 88)

Portanto, o não haver ainda hoje publicações de grandes tiragens e alcance nacional nas mãos do PT e da CUT explica-se muito mais pelo equivocado entendimento até recentemente vigente, do setor político que controlava essas organizações, *de que não havia necessidade de trabalhar a contra-hegemonia nesse campo*, do que por razões de ordem financeira. Subestimava-se a necessidade, bem como a capacidade, de construir meios de comunicação social contra-hegemônicos, ao mesmo tempo em que acreditava-se na capacidade de seduzir, neutralizar ou obter concessões políticas dos detentores do oligopólio midiático, civilizando-o.

Tais concepções coadunavam-se com as transformações deste setor majoritário do movimento social no início dos anos 1990, que levaram a um paulatino abandono da radicalidade socialista e à adoção, no PT, de uma estratégia de centro-esquerda, pautada em alianças com setores do capital.

7 Dados de abril de 2008.

Gestos emblemáticos desse ambiente político conciliador foram as homenagens prestadas pelo presidente Lula à família Marinho, em 2003, por ocasião da morte de Roberto Marinho, que incluíram a decretação de luto nacional por três dias.⁸ Os critérios para a nomeação dos ministros da pasta das Comunicações seguiram a mesma linha.⁹

Os acontecimentos de 2005 e 2006, que a imprensa independente e pesquisadores acadêmicos interpretaram como uma tentativa de “golpe midiático” contra Lula (vide, por ex., Lima, 2007), parecem ter revertido a tendência à composição política com o sistema de mídia, tanto no PT e na CUT como no governo federal. Este criou a TV Pública (TV Brasil), alvo de fortes críticas dos jornais e emissoras principais. Em várias das correntes do PT ganhou corpo o entendimento de que o partido não pode continuar sem mídia própria¹⁰. Outros partidos de esquerda, em especial PSOL e PCdoB, também estão conscientes da necessidade de construção da contra-hegemonia¹¹. Mídias contra-hegemônicas, como *Caros Amigos*, *Brasil de Fato*, *Repórter Brasil* e outras exercem papel relevante, porém insuficiente.

Persiste em aberto a perspectiva de construção de um ou mais meios de comunicação social “de massa” contra-hegemônicos, mantidos por uma parcela expressiva das forças políticas que conformam o chamado campo democrático-popular.

A história brasileira oferece uma riquíssima experiência de jornalismo “de esquerda”, em diferentes matizes conforme as circunstâncias de época: anti-colonialista, democrático, popular, libertário, antiditatorial, socialista. É útil revisitá-la, ainda que em breves pinceladas.

A experiência jornalística

No Brasil, as lutas sociais e políticas mais importantes do século XIX já nascem acompanhadas de seus jornais. O que é notável, se se levar em conta que simplesmente não havia meios de impressão no país até a chegada da

8 Na ocasião, Lula declarou, a propósito da morte do proprietário das Organizações Globo: “Tem gente que vem ao mundo a serviço. Roberto Marinho foi um homem que veio ao mundo a serviço — quase um século de vida de serviços prestados à comunicação, à educação e ao futuro do Brasil”. Nota oficial, 6/8/2003.

9 O atual ministro, Hélio Costa (PMDB), e o primeiro a ocupar o cargo no primeiro mandato de Lula, Miro Teixeira (então no PDT), têm ligações com as Organizações Globo. Euclides de Oliveira (PMDB), que exerceu a pasta após a saída de Teixeira, é proprietário de emissoras.

10 Vide, p. ex., as teses apresentadas ao III Congresso Nacional do PT (2007).

11 Como se pode depreender da atuação parlamentar, formulação de seus quadros acadêmicos e políticos e iniciativas de criação de veículos próprios na Internet.

família real, em 1808. Antes que se completasse uma década da chegada das primeiras prensas, jornais de conteúdo anticolonialista eram lançados por gente da estirpe de João Soares Lisboa, Frei Caneca e Cipriano Barata, envolvidos, em Pernambuco, primeiro com a rebelião de 1817, depois com a Confederação do Equador, em 1824. “Os dois maiores jornalistas da época, Frei Caneca e Cipriano Barata foram por ela assim tratados: um morreu fuzilado, o outro foi condenado à prisão perpétua” (Sodré, 1984: 96). Outros importantes movimentos armados do período imperial, como a Cabanagem no Pará (1835-40), a Sabinada na Bahia (1837-38), e a Revolta Praieira (1848-50), em Pernambuco, tiveram seus jornais e jornalistas.

Ainda na primeira metade do século, em 1837, surge em Salvador “o primeiro jornal brasileiro pertencente a grupo social assalariado: o *Defensor dos Caixeiros*” (Garcia, 1964: 266). Já “o primeiro jornal brasileiro propriamente operário” aparece no Rio de Janeiro, em 1856: *O Eco da Imprensa*, “semanário editado por tipógrafos e tornado porta-voz da mais importante associação operária brasileira do século 19, a Imperial Associação Tipográfica Fluminense”, fundada três anos antes (Garcia, 1964: 267).

É desse grupo profissional, que conhece “por dever de ofício tudo quanto se publicava”, que surgirá uma importante experiência durante “a primeira greve efetiva de que há notícia no Brasil”, em 1858: “Para que a população da cidade não ficasse sem jornais, os tipógrafos em greve começaram a publicar, a 10 do mesmo mês de janeiro, o *Jornal dos Tipógrafos*, órgão diário de grande formato e de elevado padrão intelectual e gráfico, com todas as seções habituais dos grandes jornais da época” (Garcia, 1964: 267-8). *Jornal dos Tipógrafos* circulou durante os três meses de greve, revelando a capacidade de organização e de elaboração intelectual dos gráficos.

Na década de 1860 foram lançadas, de norte a sul do país, nada menos do que 20 publicações operárias; na de 1870, 46; na de 1880, 67 (Garcia, 1964: 269-71). Entre os jornais lançados então figuram o diário *Gazeta dos Operários*, no Rio de Janeiro (1875), os semanários *Liga Operária Baiana*, em Salvador, e *Liga Operária*, em Recife (ambos de 1877), o diário *A Confederação Artística*, em Belém (1888), *O Grito dos Pobres*, em São Paulo (1889). Ao mesmo tempo, multiplicam-se os clubes socialistas e as suas publicações.

Dirigida por Luis da França e Silva, a *Revista Tipográfica* circulará no Rio de Janeiro por quase dois anos (1888-1890), em plena efervescência política da transição entre monarquia e república. Os tipógrafos engajaram-se na luta contra a escravidão, criando o Centro Abolicionista Gutenberg. França e Silva, considerado por Garcia a maior liderança operária da época, defendia a participação política da classe: “Errôneo anda”, dizia, “todo aquele que entende

ser dever do operário não sair da obscuridade de sua oficina”, e citava o exemplo dos operários europeus que “com a pena e com a palavra nos comícios populares, também educam e guiam a opinião”. Propôs a criação “de um novo partido, saído exclusivamente do elemento operário do País”, com o qual a classe operária possa dispor de “um programa, um desígnio, um norte enfim” (Garcia, 1964: 272-3).

Assim, quando o movimento operário recebe dos imigrantes europeus um forte impulso anarquista, que irá traduzir-se numa miríade de jornais, já existe uma vasta experiência anterior de imprensa oposicionista e radical, que será enriquecida com a energia desse novo agrupamento. Os primeiros jornais anarquistas surgem ainda no século XIX: *O Despertar*, *O Protesto* e outros. Em 1902 aparece *Avanti*; em 1903 *La Battaglia*, de Oreste Ristori; em 1906 *Terra Livre*, de Neno Vasco e Edgar Leuenroth, para citar uns poucos exemplos da “proliferação” (Sodré, 1984: 310-11).

Sobre o significado desses jornais e a estatura política e pessoal de seus editores, diga-se a título de ilustração que Ristori foi por duas vezes deportado do Brasil. Morreu na guerra civil espanhola, lutando contra os fascistas, em 1937 (Sodré, 1984: 311). Leuenroth foi um dos líderes da greve geral de 1917, tendo se notabilizado como agitador operário e organizador sindical.

O PCB e seus diários

A década de 1920 assistiu a surtos tenentistas contra a República Velha e ao nascimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) e de suas primeiras publicações, como *A Classe Operária* (surgido em 1925, com tiragem inicial de 5 mil exemplares) e, depois, *A Nação* (1927), jornal que reunia positivistas e comunistas. Nesse período, a imprensa comercial consolidava-se no Rio de Janeiro, com o *Jornal do Brasil*, e em São Paulo, com o *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, incorporava avanços tecnológicos e aumentava suas tiragens. As publicações do pequeno PCB não poderiam concorrer com tais portentos: já na virada do século, o *JB* imprimia 62 mil exemplares diários, e o *Estadão* 35 mil (Sodré, 1984: 285, 323). Mas isso não as livrou da repressão policial. *A Classe Operária* manter-se-ia heroicamente ao longo das décadas seguintes, porém com longas interrupções e reduzida influência.

O salto de qualidade na comunicação do PCB somente ocorreria vinte anos depois do surgimento de *A Classe Operária*, num contexto histórico muito diferente, no período final do Estado Novo. O partido superara, então, o desmantelamento sofrido após a rebelião de 1935, quando suas principais lideranças foram encarceradas. O processo de reorganização, iniciado na Conferência da Mantiqueira (1943), que elegeu uma nova direção nacional,

obtivera êxito indiscutível.

Nos anos de 1943 a 1945, os comunistas tornam-se protagonistas ativos da cena nacional: participam da mobilização para que o Brasil declare guerra ao nazifascismo, juntam-se aos movimentos sociais, criam “comitês democráticos populares”. Por outro lado, ao longo de 1945 a classe trabalhadora reanima-se: os operários brigam por salários e direitos, fazem greves e protestos contra a “economia de guerra” que achatara seus ganhos, aumentara suas jornadas, cercara enormemente sua liberdade. A derrota da Alemanha concede prestígio à URSS, o que favorece o PCB. Obrigado a fazer concessões democráticas, o ditador Vargas anistia e liberta mais de uma centena de comunistas, reata relações diplomáticas com a URSS, convoca eleições.

Quando um golpe civil-militar derruba Vargas em 29 de outubro de 1945, o PCB já é portanto um partido bem diferente: legal, com prestígio na população, reforçado pela presença de Prestes e pelas vitórias soviéticas na guerra — e, mais do que isto, possuidor de jornais diários nas duas principais cidades brasileiras, *Tribuna Popular* no Rio de Janeiro e *Hoje* em São Paulo, além de inúmeras outras publicações; de uma agência de notícias, a Interpress; de editoras e até de uma companhia cinematográfica (que teria vida efêmera).

O PCB realizou um feito admirável: entre maio de 1945, quando lançou a *Tribuna Popular*, e o final da década de 1950, manteve jornais diários em várias capitais¹², enfrentando uma duríssima repressão da polícia política e do Exército, que se traduziu por apreensão de inúmeras edições, proibições freqüentes, invasão e destruição de redações e oficinas, prisões de jornalistas e gráficos, processos, espancamentos.

Tribuna Popular e *Hoje* tiravam, no auge, 50 mil e 20 mil exemplares respectivamente. Foram os mais importantes jornais diários do PCB, ao levar-se em consideração não apenas as tiragens, mas os centros urbanos que os sediavam, a circulação e influência política. Por isso também foram os mais duramente combatidos, especialmente na fase mais brutal do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

O aparato de comunicação do PCB possuía as seguintes características principais: a) reconhecimento, pelo partido, do seu *caráter estratégico*, o que implicou envolvimento, direto ou indireto, do conjunto da militância, da direção às bases; b) criação de sociedades comerciais para a produção de jornais legais, sem vínculo formal com o partido; c) descentralização: jornais em diversas capitais, na contramão da tese do “periódico central”, defendida por Lênin na Rússia pré-revolucionária; d) financiamento baseado em variadas fontes: venda

12 Além das citadas: Salvador (*O Momento*), Recife (*Folha do Povo*), Fortaleza (*O Democrata*), Goiânia (*O Estado de Goiás*), Vitória (*Folha Capixaba*) e Porto Alegre (*Tribuna Gaúcha*).

em bancas, assinaturas, venda regular de espaço publicitário, mas principalmente campanhas nacionais de arrecadação, as quais permitiram a compra das máquinas de impressão; e) arregimentação de intelectuais e quadros profissionais ligados ao partido — jornalistas, gráficos e outros (Pomar, 2006: 38 e ss).

Os escassos recursos materiais com que os comunistas contavam para sustentar seus diários foram compensados e ampliados pelo apoio financeiro, intelectual, profissional, político e moral de milhares de militantes e simpatizantes espalhados por todo o país. Gente que comprou as cotas iniciais das sociedades civis que responderiam pelos jornais. Gente que não vacilou em doar bens pessoais (jóias, lotes de terra, carros) para contribuir com as campanhas de arrecadação. Jornalistas que corriam risco permanente de prisões e processos. Gráficos que abriam mão de salários maiores em empresas comerciais. A ligação visceral entre partido e jornal, num período em que o PCB foi pela primeira vez um *partido de massas* (1945-47), foi determinante para os êxitos relativos de um e de outro então alcançados (Pomar, 2006: 59, 79, 176).

Depois que o PCB foi novamente posto fora da lei, em maio de 1947, as condições de sobrevivência desses diários tornaram-se árduas. Tangido pela repressão, banido pela interdição legal, e confrontado, em questão de semanas (entre dezembro de 1947 e janeiro de 1948), com a perda de quase duas centenas de mandatos conquistados legitimamente, decidida pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Congresso Nacional¹³, o PCB optou por uma linha política de ultra-esquerda, preconizada pelo “Manifesto de Abril” e que vigorou por quatro anos, aproximadamente. Mais estreitos em termos editoriais, mesmo assim alguns de seus jornais sobreviveram.

É verdade que os diários do PCB foram beneficiados, ao surgirem, por uma conjuntura favorável à rebeldia e às teses democráticas. Mais que isso: interessado no sucesso do *queremismo*, Vargas facilitou as coisas para os comunistas. As primeiras edições do *Hoje* nasceram nas oficinas de *A Noite*, jornal incorporado pela União nos anos 1940. Tratava-se de uma transação comercial, na medida em que, ao que parece, *Hoje* pagava pelos serviços recebidos. Mas, semanas depois do golpe que derrubou Vargas, o diário paulista do PCB foi intimado pelo Ministério da Justiça a deixar as oficinas de *A Noite* em 48 horas (Pomar, 2006: 41).

Este incidente bastou para que os comunistas percebessem que não poderiam depender de ninguém para produzir seus jornais, muito menos do governo. Em meados de 1946, dariam início à “Campanha Pró-Imprensa Popular”, que levantou, em apenas três meses, a quantia de 10 milhões de cruzeiros, com a

13 O TSE cassou todos os mandatos obtidos pelos comunistas sob a legenda do PST nas eleições municipais de novembro de 1947 em São Paulo. O Congresso, por sua vez, aprovou em 8/1/1948 projeto cassando todos os mandatos conquistados pela legenda do PCB nas eleições estaduais e federais de dezembro de 1945 e janeiro de 1947.

qual equiparam seus diários com máquinas e oficinas próprias. Deles, estava em melhor situação *O Momento*, de Salvador, que já no início de 1946 tratara de adquirir impressora e linotipo¹⁴.

Vale a pena deter-se na experiência do *Hoje*. Ele precisou enfrentar a concorrência de mais de uma dezena de diários comerciais, entre eles os líderes *Correio Paulistano*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã*. Mesmo assim, circulou “entre outubro de 1945 e agosto de 1952, num total de 1.284 edições conhecidas, ao passo que de seu sucessor *Notícias de Hoje*, que circulou entre 1952 e 1959, foram publicadas 2.144 edições” (Pomar, 2006: 176). *Hoje* era lido na capital, em centenas de cidades do interior paulista, em Minas Gerais, Paraná e outros Estados. Pôde contar com uma equipe bastante qualificada de diretores, entre os quais Caio Prado Jr., Jorge Amado, Milton Cayres de Brito, Joaquim Câmara Ferreira, Isaac Akcelrud, e excelentes secretários de redação, sendo os mais conhecidos Nabor Cayres de Brito e Noé Gertel.

Seu desempenho propriamente jornalístico não ficou a dever, ao menos na fase inicial, aos diários comerciais com os quais concorria, pois mostrou competência técnica na maior parte dos quesitos que constituem um jornal: qualidade dos textos, títulos, fotografias, ilustrações; variedade temática da cobertura; qualidade do papel; composição e impressão. De fato, *Hoje* só se situa em clara situação de inferioridade na comparação com número de páginas e com volume de material publicitário dos jornais comerciais. Ainda assim, devem ser destacados os resultados obtidos por ele na venda de publicidade.

Hoje foi um instrumento eleitoral eficiente nas eleições de dezembro de 1945 e janeiro de 1947. Mas cabe destacar sua atuação cotidiana como aparelho privado de hegemonia *contra-hegemônico*. Em que pese a linha de conciliação de classes adotada pelo PCB no biênio 1945-46, sintetizada na fracassada diretiva de Prestes de “apertar a barriga” (apelo aos trabalhadores para que renunciassem à luta por ganhos salariais, sacrificando-se em favor da economia nacional), *Hoje* retratou o mundo do trabalho com nitidez, dando voz aos personagens anônimos que se movimentavam, com inédita desenvoltura, nas fábricas, nos sindicatos, nos bairros populares e até na zona rural. Contraditório, ele reflete tanto a visão anticlassista presente até meados de 1946 no PCB, que enxergava em toda greve uma “provocação” (o jornal chega a publicar elogio a um grupo de eletricitários que *furou* uma greve na Light), quanto a solidariedade e mesmo o engajamento dos setores comunistas de base nas grandes greves e mobilizações operárias do período.

O amplo espaço dedicado às manifestações operárias, às reportagens sobre

14 A rica experiência de *O Momento* é examinada em profundidade em Serra (1987) e Falcão (1988).

as péssimas condições de vida dos moradores periféricos da capital paulista, às questões políticas nacionais e internacionais encontra seu contraponto nas páginas de esportes e de cultura e variedades. *Hoje* cobria extensa e regularmente futebol, basquete, natação, boxe, turfe, ciclismo. Sua página cultural trazia notícias e comentários sobre literatura, artes plásticas, música, cinema — note-se que as salas exibidoras estiveram sempre entre os mais fiéis anunciantes do jornal.

Conclusão

Os meios de comunicação assumiram uma posição preponderante nas modernas sociedades burguesas, demonstrando crescente capacidade para forjar consensos. No Brasil, a ditadura militar incentivou a criação de um oligopólio no setor, o qual veio a se desincumbir, nos anos posteriores, de relevantes tarefas na dominação de classe. O clímax do desempenho desse “aparato midiático” correspondeu ao advento das políticas neoliberais, a partir de 1990. Na atualidade, o oligopólio consolidou-se, exerce pressão em favor dos seus interesses, e coloca-se como obstáculo à realização de reformas democráticas que reduzam o *apartheid* social.

Na história brasileira há forte vínculo, que remonta ao período da Independência, entre movimentos democráticos e populares e imprensa. Porém, as forças políticas que criaram o PT e a CUT no final dos anos 1970, e que chegaram ao governo federal em 2002, com a eleição de Lula, nunca conseguiram construir meios de comunicação de massa, de caráter nacional ou regional, que pudessem se contrapor ao oligopólio da mídia. Procuramos demonstrar que esta deficiência da esquerda brasileira está mais relacionada às concepções estratégicas (de “centro-esquerda”) de sua ala majoritária do que às dificuldades materiais e legais existentes para montar um aparato contra-hegemônico.

A experiência de produção simultânea de jornais diários em várias capitais, articulados a uma agência de notícias própria (Interpress), iniciada pelo PCB na legalidade de 1945-47, em inúmeros aspectos bem sucedida, é indício de que a esquerda atual teria amplas condições de erguer um tal aparato, incluindo meios eletrônicos: Internet, emissoras de rádio. Afinal de contas, o poderio institucional seja do PT, seja da CUT, é muito superior ao obtido pelo PCB — mesmo no auge das conquistas eleitorais dos comunistas.

Bibliografia

- ABRAMO, Perseu (2007). *Um trabalhador da notícia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- ARBEX JR., José (2003). “O legado ético de Perseu Abramo e Aloysio Biondi”. In ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- FALCÃO, João (1988). *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FESTA, Regina (1991). “TV dos Trabalhadores — a leveza do alternativo”. Tese de doutorado, USP.
- GARCIA, Evaldo da Silva (1964). “Imprensa operária e socialista do século XIX”. *Estudos Sociais* v. 19.
- KUCINSKI, Bernardo (1994). *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta.
- _____(2008). “Um balanço da campanha pela democratização da informação”. *Revista Adusp* 42.
- LIMA, Venício A. de (2001). *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____, org. (2007). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- POMAR, P. E. da Rocha (2002). A “Operação Resgate” de FHC. Monografia, USP. _____ (2006). “Comunicação, cultura de esquerda e contra-hegemonia: o jornal *Hoje* (1945-1952)”. Tese de doutorado, USP.
- SERRA, Sônia (1987). *O Momento: História de um Jornal Militante*. Salvador: UFBA.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1983). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes (3ª ed.).

Depoimentos

MOUZAR BENEDITO, 2007.

Agradecimentos

A Álvaro Britto, Ana P. Hermanson, Carlos H. Menegozzo, Flamarion Maués, Lincoln Secco, Mouzar Benedito, Rosa de Paiva Leal, Rosana Ramos, Valter Pomar, Wladimir Pomar.